

Ref.: Processo n° 01450.002945/2006-24 – Registro da Feira de Caruaru/PE

*A feira de Caruaru  
Faz gosto a gente ver  
De tudo que há no mundo  
Nela tem prá vender<sup>1</sup>*

### **Informações gerais sobre o processo de Registro**

O pedido de Registro da Feira de Caruaru foi encaminhado ao Presidente do Iphan, em 24 de fevereiro de 2006, pela Prefeitura Municipal de Caruaru, por intermédio do Sr. Antonio Geraldo Rodrigues da Silva, Prefeito daquela cidade. Este pedido foi endossado pelo Superintendente Regional do Iphan, Frederico Faria Neves Almeida, e acompanhado das informações básicas requeridas para a abertura do competente processo administrativo<sup>2</sup>, assim como de depoimentos e manifestações de apoio de várias instituições locais. Entre essas se destaca: a Diocese de Caruaru, Academia Caruaruense de Cultura, Ciências e Letras, o Centro de Cultura Popular Luisa Maciel, a seção brasileira do Conseil International des Organizations de Festivals de Folklore e d' Arts Traditionnels e a Associação Comercial e Empresarial de Caruaru. Em 17 de março de 2006 foi aberto o Processo n° 01450.002945/2006-24, referente ao Registro da Feira de Caruaru.

Essa demanda social tão bem explicitada veio coroar, entretanto, um processo mais longo que tem origem em recomendações do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural e do antigo Departamento de Identificação e Documentação do Iphan.

Após a promulgação do Decreto n° 3.551/2000, que criou o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, o Conselho Consultivo recomendou ao Iphan que empreendesse esforços para a instrução de, pelo menos, um processo de Registro

---

<sup>1</sup> “A Feira de Caruaru”, letra e música do compositor popular pernambucano Onildo Almeida.

<sup>2</sup> Conforme Resolução do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, aprovada em 3 de agosto de 2006, na sua 49ª reunião.

relacionado a cada uma das categorias de bens culturais estabelecidas no referido decreto, com vistas à consolidação de procedimentos técnicos e administrativos, assim como à construção de entendimentos sobre a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Um dos bens selecionados pelo Iphan para testar esses procedimentos com relação à categoria “Lugar” foi a Feira de Caruaru. Pelo que, a priori, se conhece sobre o assunto, a feira parecia concretizar a perfeição a idéia de lugar contida no Decreto n° 3.551 e no Inventário Nacional de Referências Culturais.

Como consequência, portanto, dessas recomendações, em 2004, foi iniciado o inventário de referências culturais da feira de Caruaru sob a coordenação da 5ª Superintendência Regional e supervisão do Departamento do Patrimônio Imaterial do Iphan. No âmbito desse trabalho, que contou com o apoio e a parceria da Prefeitura Municipal de Caruaru, realizou-se ampla pesquisa documental e de campo, além dos registros fotográficos e audiovisuais que permitiram a elaboração do dossiê que instrui o presente processo em bases suficientes e tecnicamente corretas.

### **A feira e sua cidade: a densidade histórica do bem cultural**

Um caminho que transportava gado entre o sertão e a zona canavieira do litoral, uma fazenda que dá pouso aos tangedores e viajantes, um rio próximo para dar de beber aos bois e uma capela constituíram a oportunidade que fez surgir uma feira e, depois, uma cidade, ambas chamadas Caruaru.

A transformação da antiga Fazenda Caruru, ainda no século XVIII, em ponto de apoio e de pernoite de boiadeiros e, em seguida, de tropeiros e mascates que percorriam o agreste pernambucano permitiu o surgimento do pequeno comércio de itens e serviços ligados à lida com o gado que deu origem à feira de Caruaru. Esta, contudo, só se configurou plenamente quando José Rodrigues da Cruz, proprietário da fazenda, construiu, em 1781, uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição.<sup>3</sup> Foi no seu adro que uma pequena feira se formou para dar sustentação às novas funções que a Fazenda Caruru vinha adquirindo e que, então, com a construção da capela, se ampliavam. De ponto de apoio a boiadeiros e viajantes, a fazenda passou a ser também o lugar para onde os habitantes dessa região do vale do rio Ipojuca acorriam para

---

<sup>3</sup> Ver a respeito das origens da feira e da cidade de Caruaru, Miranda, Gustavo. **Caruaru, a feira que se fez cidade...- investigando limites e potenciais de uma relação espacial.** (trabalho final de graduação). Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco, maio de 2005, p. 23.

realizar suas obrigações religiosas, casar, batizar filhos e entregar a Deus o corpo de seus entes queridos depois da morte.<sup>4</sup>

Vários autores<sup>5</sup> já ressaltaram a importância dos templos religiosos e dos seus termos, bem como dos caminhos, entroncamentos, trocas comerciais e dos fluxos de mercadorias na formação e consolidação de cidades no Brasil. Caruaru é resultado da conjunção exitosa desses fatores, na qual desempenharam papéis fundamentais A Capela de Nossa Senhora da Conceição e a pequena feira de frutas e verduras, artigos de couro, alimentos e bugigangas diversas, que logo se expandiu e ocupou a primeira rua do povoado que ajudou a formar.

A forma do povoado de Caruaru em meados do século XIX mostra, de fato, um profundo vínculo com esses acontecimentos.<sup>6</sup> A partir da casa-sede da fazenda Caruru com seu paiol, curral e capela, o povoado se desenvolveu, inicialmente, ao longo do caminho das boiadas. O pequeno comércio que se organizou em consequência da feira margeou esse caminho no lado oposto às construções da fazenda, preservando sua largura. Por isso, Caruaru tem sua rua principal – a antiga rua da Frente – com uma caixa tão ancha, o que, não fosse a periódica passagem das boiadas, não faria sentido numa povoação tão pequena. Na medida em que o povoado se dinamizava e crescia, o espaço foi também apropriado pela feira que, por sua vez, se beneficiou de suas dimensões generosas. Nesses dias de comércio ao ar livre, Caruaru não era apenas uma passagem e um ponto de apoio, mas um lugar de convergência das gentes, dos produtos e das artes de um território que, dia a dia, ficava maior.

Outras cidades do sertão nordestino que surgiram e se consolidaram a partir de pousos ao longo do caminho das boiadas, como Icó, no Ceará, têm a forma do seu núcleo urbano inicial semelhante ao de Caruaru, inclusive no que toca à largura desmesurada de suas ruas principais, claramente, desproporcionais à escala do casario que as ladeia. Foram também passagens de gado e praças abertas para seu comércio, mas, pela ausência de outros elementos presentes em Caruaru, não lograram desenvolver uma vocação comercial tão forte. Hoje, vazios do trânsito das boiadas e das suas lides, esses vastos espaços centrais de algumas cidades sertanejas causam estranheza ao visitante desavisado de sua história. Em Caruaru, ao contrário, mesmo muito depois que as boiadas pararam de passar e até há pouco tempo, a largura da rua da

---

<sup>4</sup> Ver Dossiê de Registro da Feira de Caruaru, p. 23.

<sup>5</sup> Especialmente Murilo Marx em sua obra **Nosso Chão: do Sagrado ao Profano**. São Paulo: EDUSP, 1989.

<sup>6</sup> Miranda, Gustavo, op. cit., mapa à p. 32.

Frente não era estranhada. Parecia ter sido desenhada assim para conter a grande feira que todos os sábados ali se instalava.

A fazenda Caruru tinha, de fato, uma localização muito privilegiada na parte média do vale do Ipojuca, na confluência do caminho das boiadas e de outros que o ligavam a fazendas do entorno. As festas religiosas, especialmente as realizadas em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, a padroeira do lugar, foram também importantes fatores impulsionadores da feira e do desenvolvimento da cidade.<sup>7</sup> Não é por acaso que a idéia de festa está na origem latina da própria palavra “feira”.

Tudo isso favoreceu o rápido crescimento da feira de Caruaru que, por sua vez, impulsionou o comércio formal da cidade, mantendo com este, desde então, uma relação de complementaridade e simbiose. Ao longo dos séculos XIX e XX, com sua acessibilidade reforçada pela estrada de ferro da Rede Ferroviária do Norte, e mais tarde, pelas rodovias estaduais e federais que a conectaram com várias outras localidades e estados do Nordeste, Caruaru se tornou o pólo comercial mais importante da região. No século XXI, esse pólo manteve sua importância, atraindo produtos de outras regiões do país e até de outras partes do mundo.

Como observou Joaquim Falcão, em depoimento datado de 1992, não foi nenhuma política ou projeto de desenvolvimento que promoveu tudo isso: foi a feira de Caruaru enquanto “prática comercial espontânea de sucesso que se tornou indispensável para a economia da região”.<sup>8</sup> Indispensável de tal maneira que cidade e feira se confundem – uma é inconcebível sem a outra.

Ser um pólo de desenvolvimento numa região pobre, entretanto, tem também outras conseqüências como o inchaço urbano, o surgimento de bairros e habitações precárias, os problemas de trânsito e de saneamento básico. Se, ainda, esse pólo surge espontaneamente e se ancora na informalidade as mazelas urbanas são, naturalmente, amplificadas. A feira de Caruaru sempre foi, e ainda é, a grande oportunidade de trabalho, geração de renda e de inclusão no mercado consumidor para um grande contingente populacional, o que lhe conferiu uma capacidade de atração impressionante e ocasionou o seu crescimento desmedido. Com o tempo, cresceram também as pressões para que fosse transferida, já que a área central de Caruaru ficava intransitável nos dias em que ocorria. Instalada durante mais de dois séculos no centro da cidade, a

---

<sup>7</sup> Ver Ferreira, Josué Euzébio. **Ocupação Humana do Agreste Pernambucano – uma abordagem antropológica da história de Caruaru**. João Pessoa: Idéia, 2001 e também Miranda, Gustavo, op. cit., p. 19.

<sup>8</sup> Falcão, Joaquim, “O patrimônio da cultura popular”. In: **O Globo**, 27 de dezembro de 1992.

feira foi, em 1966, transferida para um local mais afastado nas imediações da avenida Rui Barbosa. Em decorrência da queda nas vendas dos estabelecimentos de comércio centrais – cujo movimento, como já observado, sempre dependeu da feira –, de protestos dos feirantes e da própria sociedade local,<sup>9</sup> a feira voltou, em 1969, ao antigo espaço. Essa permanência, contudo, não durou muito, pois os antigos conflitos relacionados ao congestionamento de pessoas e trânsito, à falta de estacionamento e infra-estrutura de apoio, assim como à sujeira gerada pela grande concentração de gente e mercadorias, continuaram e até aumentaram em decorrência de a feira ter passado a ser realizada três vezes por semana.

Apoiada pelos comerciantes locais, a prefeitura da cidade iniciou então, com a participação dos feirantes, um trabalho planejado e gradual de transferência da feira para o Parque 18 de Maio, antigo Campo de Monta – área próxima ao centro, pertencente ao Ministério da Agricultura, que era utilizada como local para reprodução de gado.

O processo de transferência teve início, em caráter experimental, com o deslocamento do setor de venda de artesanato, seguido pelo de calçados e de confecções. A experiência se provou positiva, pois esses setores passaram a contar com mais espaço, melhor acessibilidade e infra-estrutura de funcionamento, além de se beneficiarem da proximidade com o centro, o que manteve e ampliou seu movimento.<sup>10</sup> Os bons resultados da experiência reforçaram a idéia de transferir toda a feira para o parque, o que veio a ocorrer em 1992. A feira de Caruaru que, até então, mantinha um nível de crescimento mais ou menos constante, explodiu e deu lugar a novas feiras.

### **A feira e as novas feiras de Caruaru**

Ao se expandir da rua da Frente para as vias transversais que foram se formando no povoado de Caruaru, a feira incorporou outros produtos além dos objetos em couro, do charque, da farinha e das frutas e legumes que, desde o início, comercializou. Como muita gente, aos sábados, acorria ao povoado e muitas vezes vinha de longe, na feira também se fornecia comida pronta e guloseimas diversas para adoçar e amolecer a alma

---

<sup>9</sup> Neste caso as queixas estiveram relacionadas à proximidade do novo local da feira da rua de prostituição da cidade e à distância dos mercados de carne e farinha que ficaram no centro e sempre foram importantes âncoras da feira. Ver Miranda, Gustavo, op. cit., p. 43-44.

<sup>10</sup> Idem, p.51.

do freguês. Itens de vestuário como calças feitas de alvorada,<sup>11</sup> utensílios de folha de flandres, ferramentas, fumo, coisas para a casa, brinquedos simples para a criançada e vários outros, passaram também a fazer parte de suas bancas.

Artesãos de Caruaru<sup>12</sup> testemunham que o artesanato de barro que ganhou fama e fez escola com a obra de Mestre Vitalino começou assim, despretensiosamente, provendo utensílios, brinquedos e “mealheiros” em forma de bicho para as crianças. Aos poucos, essa forma de arte foi, cada vez mais, incorporando temas do cotidiano e da cultura nordestina, transformando-se numa verdadeira crônica em barro da vida sertaneja. Crônica que retrata não somente seus tipos, afazeres, festas e folguedos, mas também as profissões que surgem, os eletrodomésticos que chegam e as marcas dos carros que passam a circular.

Tudo que era vendido na feira e na medida em que foi crescendo, foi sendo agrupado em espaços específicos, segundo uma espécie de zoneamento promovido pelas conhecidas vantagens comerciais da aglomeração de determinados itens, bem como pela afinidade entre produtos.<sup>13</sup> Assim, nas proximidades do seu epicentro histórico, ou seja, no adro da igreja e na rua principal, reuniam-se as atividades mais antigas e tradicionais da feira e as mais procuradas, como a venda de calçados, de artesanato e de frutas e verduras. As demais iam se agrupando nas transversais e, de um lado, nas vias em direção ao rio Ipojuca ou, de outro, nas imediações do Mercado da Farinha, localizado em rua paralela ao norte do eixo central.

A feira de Caruaru sempre foi um meio importante de escoamento da produção agrícola do agreste, a qual, embora difícil e com um perfil de produção de subsistência, era diversificada e livre das exigências de exclusividade postas pela monocultura canavieira às terras do litoral e da zona da mata. Montar uma banca (banco, como se diz por lá) ou estender uma esteira no chão da feira era o jeito que o meeiro do latifundiário ou o matuto da roça encontravam para vender o que lhes sobrava, ganhar uns trocados extras e adquirir o que precisavam e a terra não dava. Por isso, a feira foi cada vez atraindo mais gente que vinha, inclusive, para apreciar algo especial que também ali encontrava espaço: os poetas, músicos, cantadores, repentistas, emboladores, gravadores e cordelistas que acorriam ao burburinho de feirantes, pregoeiros, compradores e transeuntes para expor e vender sua arte.

---

<sup>11</sup> Espécie de lona resistente e própria para as lides no campo.

<sup>12</sup> Ver Dossiê de Registro, p. 47.

<sup>13</sup> Miranda, Gustavo, op. cit., p.38-39

Entre o final do século XVIII e meados do século XX, a feira surgiu, cresceu, se consolidou e ocupou todo o espaço disponível nas ruas da área central de Caruaru, até que, como visto, teve de ser transferida para um sítio próximo. Nesse processo de deslocamento, sofreu algumas perdas e transformações. A primeira delas é que deixou de ser um evento semanal, isto é, de ocorrer em dias específicos da semana, passando a ter um caráter permanente. A segunda consequência foi a separação e o aprofundamento da especialização de determinados setores<sup>14</sup> e a terceira foi sua rápida hipertrofia em decorrência da agregação de outras feiras que aproveitaram a abundância de espaço proporcionada pelo Parque 18 de Maio. Entre as principais perdas contabiliza-se a relativa à informação histórica sobre a evolução da feira que podia ser obtida por meio da disposição dos seus vários setores nas ruas do centro de Caruaru e as relacionadas ao engenho necessário à sua montagem e desmontagem, e ao desenho e características de suas antigas bancas.

Atualmente a feira de Caruaru encontra-se desdobrada em, pelo menos, três outras: a Feira do Gado, há dez anos considerada a maior do Brasil e que está localizada no bairro do Cajá, próximo ao aeroporto; a Feira do Artesanato, como visto, primeiro setor a ser separado e instalado no Parque 18 de Maio; e a chamada “Feira Livre”, também localizada no parque, que contém todos os demais setores, os quais, por sua vez, também são denominados de “feiras”. Nesta última encontram-se as tradicionais áreas de venda de frutas e verduras; de raízes e ervas medicinais; de calçados e artigos de couro; de ferragens e artigos de flandres; de fumo; de bolos, gomas e doces e de confecções populares ou “feira de roupas”.<sup>15</sup> A esses setores de permanência mais antiga, juntaram-se também as chamadas “feiras” de flores e plantas ornamentais; de artigos de cama, mesa e banho e, apenas aos sábados, a chamada “feira” do Troca-Troca, onde, por meio de escambo, objetos usados são trocados por outras mercadorias. A Feira do Artesanato e a Feira Livre (com exceção desse último setor) funcionam de segunda a sábado. A Feira do Gado ocorre apenas nas terças-feiras, iniciando-se sua instalação na noite anterior.

A transferência da feira de Caruaru das ruas centrais para o antigo Campo de Monta promoveu ainda duas novidades importantes: o surgimento da feira de artigos importados – também chamada de “feira do Paraguai” – que se instalou numa área do

---

<sup>14</sup> Ver Anexo II do dossiê de Registro, Apêndices 1 e 2 – Mapas e Plantas.

<sup>15</sup> Dossiê de Registro, p. 43.

parque próxima ao estacionamento,<sup>16</sup> e a agregação da feira da Sulanca ao conjunto, ambas, atualmente, montadas nas terças feiras.

A feira da Sulanca reúne pessoas e micro empresas, em grande parte, de perfil caseiro ou familiar, que produzem, de modo semi-industrial, itens diversos de vestuário para consumo popular. A atividade, que começou com costureiras da região aproveitando sobras de tecidos sintéticos de fábricas paulistas,<sup>17</sup> desenvolveu-se enormemente a partir dos anos 1980, gerando um pólo de confecções que envolve, atualmente, os municípios de Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe.<sup>18</sup> As produções desse pólo que fornece material no atacado para São Paulo e outros estados, são vendidas em casas comerciais e shoppings da região e também, de modo informal, nas feiras da Sulanca que ocorrem semanalmente nos municípios citados. Apenas em Caruaru, essa feira movimentava, em 2004, R\$ 22 milhões por semana e conta, aproximadamente, com cerca de 22 mil feirantes, entre cadastrados e “invasores”.<sup>19</sup> Hoje, constitui uma das âncoras de sustentação econômica da feira de Caruaru, na medida em que concorre com os estabelecimentos que vendem produtos industrializados do gênero. Nas terças feiras, o fluxo de pessoas no Parque 18 de Maio aumenta consideravelmente, com comerciantes e revendedores vindo de várias localidades do estado, do nordeste e de outras áreas do país para comprar na Sulanca. O movimento é tal que, nesses dias, a área do parque não é suficiente para abarcar esse comércio. Várias ruas no seu entorno são tomadas por feirantes, fazendo retornar os antigos conflitos com a circulação de automóveis no centro da cidade.<sup>20</sup>

A chamada feira do Paraguai, por sua vez, ocorre nos mesmos dias da Sulanca, em local contíguo a esta, aproveitando o seu movimento e a presença de compradores de outras localidades e estados. De modo geral, os produtos, que vão de aparelhos eletrônicos e objetos de decoração a bijuterias e perfumes, vêm do Paraguai e de São Paulo e são revendidos aos feirantes por intermediários. Segundo informações constantes do dossiê de Registro da Feira de Caruaru,<sup>21</sup> a maioria dos itens comercializados é falsificada, embora esse traço esteja diminuindo em função da maior fiscalização e até tributação dos produtos.

---

<sup>16</sup> Ver prancha nº 1.34.01 no Anexo II do dossiê de Registro, Apêndice 1 – Mapas e Plantas.

<sup>17</sup> Daí o nome Sulanca ou “elanca” vinda do Sul.

<sup>18</sup> Dossiê de Registro da Feira de Caruaru, p. 36.

<sup>19</sup> Ver Miranda, Gustavo, op. cit., p. 62.

<sup>20</sup> Idem, ibidem, p. 97-98.

<sup>21</sup> Dossiê de Registro da Feira de Caruaru, p. 44.



Atualmente, portanto, a feira de Caruaru faz parte de um conjunto de feiras com graus distintos de permanência no tempo e, conseqüentemente, de enraizamento na cultura local e no imaginário regional e nacional. Ela própria possui setores ou “feiras” que têm densidades históricas e culturais distintas, bem como níveis de transformação e incorporação de novos produtos igualmente diversos. Mantém inalterados, entretanto, alguns traços essenciais: continua vendendo “de tudo o que há no mundo” e sendo um ponto focal de referência da cultura pernambucana e nordestina no conjunto das formas de expressão, saberes, ofícios, modos de fazer, viver, comer, vender e comprar que abriga.

### **A feira de Caruaru como referência cultural e objeto de Registro**

As feiras e os mercados são, por excelência, espaços que concentram atividades e práticas diversas relacionadas à produção, à comercialização e ao consumo. São também lugares onde se desenvolvem formas de sociabilidade e convivência, e se constituem relações de trabalho, de competição e, eventualmente, de apoio mútuo e solidariedade. As feiras e os mercados, por tudo isso, são verdadeiros complexos de bens culturais que congregam diversos ofícios e modos de fazer; que abrigam ou suscitam organizações espaciais, soluções construtivas e de design freqüentemente originais, e para onde convergem saberes e formas de expressão as mais variadas. Por isso, as feiras e mercados têm muito a dizer e a informar sobre a vida, os hábitos, a alma e a cultura de um povo. Não é por outra razão que muitos viajantes afirmam que uma das melhores maneiras de conhecer uma cidade ou um país é freqüentar suas feiras e mercados.

A partir de meados do século XX, as formas de comercialização e os hábitos de consumo se transformaram muito em todo o mundo. Os antigos mercados e as feiras livres – assim como o pequeno comércio de bairro – foram entrando em decadência e desaparecendo na medida em que as grandes lojas de departamentos e as redes de supermercados alteravam completamente o perfil e a escala do varejo, bem como os hábitos de compra de significativas parcelas da população urbana do planeta. Mas porque, num cenário tão adverso, alguns mercados e feiras permaneceram? Sem dúvida, a especificidade de certas situações sócio-econômicas e algumas características do chamado capitalismo avançado explicam esse fenômeno.

Um dos traços mais marcantes do atual sistema produtivo mundial são as estratégias comerciais voltadas para a fusão de corporações e para a expansão terceirizada mediante a franquias de marcas com vistas à criação de sinergias entre produtos, de aglomerados ou de clusters de atividades relacionadas. Como mostra Klein,<sup>22</sup> essas estratégias resultam numa redução de escolha para o consumidor, tanto em termos de tipos de produtos quanto da oferta de estabelecimentos de varejo. Os pequenos comerciantes têm cada vez menos como resistir às grandes corporações que dominam a atividade, as quais, para manter margens de lucro elevadas e expandir suas marcas comerciais, transformaram-se em intermediários ou varejistas de luxo de produtos produzidos a baixíssimo preço nos países periféricos. Essas corporações – muitas das quais originárias de antigas manufaturas – compram esses produtos na periferia do mundo da mesma forma como a indústria de base compra matéria-prima. Um dos efeitos colaterais desse esquema, que tem rebatimentos nas áreas que ficam fora dessa linha de produção é o crescimento do desemprego, a precarização das relações de trabalho e a proliferação de empregos temporários, como resultado da crescente oferta de mão de obra desocupada. Um outro efeito é o aumento do mercado informal, pois as fábricas periféricas, situadas na China e nos chamados tigres asiáticos, escoam também seu produto barato através do mercado informal, já que os grandes varejistas não absorvem todo o resultado de sua capacidade de produção.<sup>23</sup>

Mas forças movidas pela cultura, pela tradição, pelos hábitos e costumes, além das ditadas pela mundialização da economia, também explicam porque certas feiras e mercados, como a feira de Caruaru, não só permaneceram como cresceram.

Ademais de ter sempre sido, como visto, um importante ponto de escoamento da produção agrícola regional relacionada ao cultivo de sobrevivência, a feira de Caruaru, sempre foi a possibilidade única de consumo para extensas parcelas da população de sua região, às quais, com as crescentes facilidades proporcionadas pelos meios de transporte, foram se juntando outras de territórios cada vez mais distantes. Desde sua origem, foi, portanto, um local de prestação de serviços e de venda de produtos que preenchiam as demais necessidades dessa população pobre e estavam ao alcance do seu bolso. Necessidades que incluíam também as do espírito, já que a feira também propiciava intenso consumo artístico.

---

<sup>22</sup> KLEIN, Naomi. *No Logo*. New York: Picador, 2002, p 129-190.

<sup>23</sup> Idem, *ibidem*.

Embora todo o tempo tenha incorporado novos produtos – muitos dos quais vindos de outras partes de Pernambuco ou do Nordeste e, atualmente, de outras regiões e países – a feira continuou sendo, certamente em razão do seu profundo vínculo com um tipo específico de consumidor de baixa renda, um espaço onde saberes, ofícios, modos de fazer e expressões tradicionais encontram mercado e, conseqüentemente, condições de permanência. Saberes relacionados à medicina popular e ao conhecimento dos usos de ervas e plantas; ofícios relativos à confecção de utensílios e objetos de flandres, de couro, de barro, de pano tecido à mão, de palha, de vime; modos artesanais de fazer farinha, gomas, doces, bolos e outras comidas nordestinas; produtos como o fumo de rolo; criações e expressões artísticas populares como o artesanato figurativo de barro, o cordel, as bandas de pífanos, a poesia, a música e o canto dos emboladores e repentistas encontram, ainda, na feira de Caruaru um espaço importante para continuarem existindo e se reproduzindo. A feira ajuda a manter vivos esses bens culturais – bens que, por sua vez, agregam valor cultural à feira e aos demais produtos que aí são expostos e comercializados. Não é à toa que o artesanato ali comercializado movimentava entre R\$ 20 e 40 milhões por semana, na baixa e na alta estação.<sup>24</sup>

A feira é, ainda, um lugar de criação e de exposição da criatividade popular tanto em seus aspectos tradicionais como em sua capacidade de recriação, invenção e inovação. Puxando o fio da tradição e re-inventando-se cotidianamente estão lá as figuras e conjuntos esculpidos em barro; os brinquedos de madeira; o design sofisticado dos funis, bacias, regadores e leiteiras de folha de flandres; as sandálias, chapéus e bolsas de couro e a cestaria; as redes, mantas e bruxas de pano e os tecidos bordados. Essa criatividade que parece sem limites em sua capacidade de adaptação encontra-se também no setor de confecções da feira de Caruaru, onde “grifes” populares, criadas por estilistas da região, competem de igual para igual com as grandes marcas que estão nos shoppings. Nas terças feiras, essas griffes promovem sua própria feira itinerante – a Sulanca.

Formas tradicionais de comercialização e de troca também sobrevivem na feira de Caruaru, expondo nos bancos, estendendo no chão e falando na boca dos microfones e nas rádios suas visões contemporâneas de como atrair fregueses, fazer escambo e entoar pregões. A essas formas tradicionais de fazer, criar, comercializar e consumir, ao colorido das frutas e legumes; à beleza plástica dos sacos de farinha e de cereais se

---

<sup>24</sup> Dossiê de Registro da feira de Caruaru, p.17.

juntam produtos industrializados, eletrônicos e importados, que atestam que a feira está no mundo e que também se alimenta da globalização e das contradições do capitalismo avançado – o que é especialmente visível quando as feiras do Paraguai e da Sulanca se mesclam à feira de Caruaru todas as semanas.

O valor cultural da feira de Caruaru é inquestionável, assim como é inegável a sua importância econômica. Um alimenta a outra e a posição da feira como centro e motor da economia local, inclusive formal, se mantém há dois séculos. Não é apenas o testemunho vivo da criatividade do povo nordestino em sua permanente luta pela sobrevivência: é como, já dito, um empreendimento econômico cujo sucesso está ancorado na cultura e na tradição, assim como na capacidade de adaptação aos novos tempos. Apesar das mudanças nos hábitos de consumo, dos supermercados e das imposições das grandes corporações atacadistas e varejistas, o fato de ter permanecido como um espaço onde o consumidor, independentemente de sua faixa de renda, encontra diversidade e tem escolha, está também no centro desse sucesso. O peso econômico da feira de Caruaru, em suma, vem de sua capacidade de resistência e, ao mesmo tempo, de adaptação às transformações urbanas, ao turismo, aos avanços tecnológicos e às mudanças e injunções do sistema capitalista de produção e consumo.

Toda uma história urbana e regional encontra também na feira de Caruaru um importante testemunho vivo. Esta é, ainda, um lugar de memória de fatos, objetos e produtos do passado como a glória de Mestre Vitalino, o “fosco a sete lapadas” e a “carça de arvorada”. Foi o motor da criação de uma cidade e também de outras feiras e a força dessa densidade histórica, econômica e cultural não foi afetada com a mudança de localização. No seu deslocamento das ruas para o Parque 18 de Maio a feira se transformou e se ampliou, mas esse deslocamento não a destruiu como um lugar de atividades e práticas coletivas de grande importância e valor cultural.

São, portanto, os valores históricos, memoriais, culturais e econômicos atribuídos à feira de Caruaru que permitem delimitá-la como o objeto de Registro. Como consta do extenso dossiê preparado pela equipe da Superintendência Regional do Iphan, em Pernambuco, esses valores estão presentes no vínculo espacial e funcional da feira com área central da cidade; nos produtos artesanais que ali são comercializados e, eventualmente, confeccionados; nos saberes e conhecimentos tradicionais que esses produtos mobilizam, como o que orienta o uso de ervas e propicia o exercício da medicina popular; nas expressões artísticas que a feira abriga e ensina; nas memórias que evoca; na gastronomia típica do nordeste a que ali se tem acesso; na variedade dos

produtos agrícolas regionais que nela encontram mercado e fomentam a preservação de sistemas agrícolas tradicionais; na criatividade contida em muitos produtos e também no modo como se comercia. Em suma, a feira como um Lugar que abriga tudo isso e que reverbera como referência para além da cidade, do estado e da região onde está.

A Superintendência Regional em Pernambuco entende<sup>25</sup> e o Departamento do Patrimônio Imaterial do Iphan reforça que esse Lugar gerador e estruturador de relações sócio-culturais corresponde, hoje, a um conjunto de equipamentos e feiras formado pela Feira do Gado; pela Feira do Artesanato, aí incluído o Museu do Cordel – ponto de exposição, produção e reprodução de expressões artísticas populares; pelos Mercados da Carne e da Farinha situados no Parque 18 de Maio; e pela chamada Feira Livre com todas as suas “feiras” ou subdivisões, inclusive a das confecções populares e a chamada “feira” do Troca-Troca.

Esse conjunto tem ainda como bem cultural associado que, brevemente, deverá ser encaminhado para Registro, o Alto do Moura – lugar referencial da produção artesanal do Nordeste, especialmente aquela ligada à manipulação do barro. Outros bens associados à feira Caruaru e arrolados no inventário realizado são: a feira da Sulanca, como espaço dinâmico de invenção e reaproveitamento que a ela se junta uma vez por semana; o Museu da Feira, instalado no prédio do antigo Mercado da Farinha no centro de Caruaru; a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e seu adro; o Chalé do Campo de Monta, que serviu, por muito tempo, como residência dos engenheiros agrônomos que aí trabalhavam; e o prédio do antigo Matadouro Municipal localizado no Parque 18 de Maio. Esses edifícios deverão ser objeto de iniciativas específicas de preservação por meio de tombamento.

### **A salvaguarda da feira de Caruaru**

Como já mencionado, o deslocamento da feira das ruas do centro da cidade para o Parque 18 de Maio promoveu, em outros efeitos, o seu crescimento e o surgimento ou incorporação de outras feiras, como a dos Importados ou do Paraguai. Ao se proporcionar à feira uma área cerca de seis vezes maior do que ocupava antes, promoveu-se o seu crescimento em quase 500%, comparando-se dados de 1982 e 2004.<sup>26</sup> Em dias de feira da Sulanca, por exemplo, as vias públicas ao sul do antigo

---

<sup>25</sup> Ver dossiê de Registro da feira de Caruaru, p. 66-75.

<sup>26</sup> Miranda, Gustavo, op. cit., p. 53.

Campo de Monta são ocupadas por feirantes “invasores” que, na alta estação de vendas, chegam a somar 10.000.<sup>27</sup> Esse processo de retomada das ruas tem promovido o esvaziamento de áreas do parque que estão destinadas às diversas feiras, as quais, mesmo em dias de grande movimento, ficam vazias ou são utilizadas como depósitos de mercadorias da Sulanca.<sup>28</sup>

A aglomeração gerada pelo conjunto de feiras, especialmente nos sábados e terças-feiras, tem exacerbado problemas e conflitos relativos tanto à infra-estrutura e ao funcionamento desse conjunto, quanto à apropriação e uso da área a ele destinada.<sup>29</sup>

Na primeira ordem de problemas destaca-se a carência de ações educativas envolvendo usuários e feirantes no que toca à produção de dejetos, bem como de um esquema eficiente de recolhimento que diminua a sujeira em alguns setores. Em termos de infra-estrutura, a feira de Caruaru também se ressentida da falta de espaço apropriado para depósito de mercadorias, o que tem feito com que áreas destinadas à exposição e venda de artesanato estejam sendo alugadas por “sulanqueiros”, instaurando-se, assim, um processo de especulação com permissões e espaços da feira que pode se tornar perigoso para o seu futuro. Outros problemas estão relacionados à organização espacial, especialmente no que diz respeito à disposição dos acessos às barracas e saídas da feira, e à ocupação desses espaços e do estacionamento do parque por vendedores da feira do Paraguai. A ampliação da feira do Paraguai é um ponto de conflito com o comércio local, assim como a ocupação de ruas da cidade por esses feirantes em conjunto com os da Sulanca nas terças feiras. Teme-se, inclusive, que essa tendência de retomada das vias públicas venha a aprofundar a tendência de transformação dos espaços do parque em meros depósitos de mercadorias, em habitações precárias ou em prostíbulos, como já vem ocorrendo em algumas áreas.<sup>30</sup>

Esse conjunto de questões aponta para a necessidade de melhorias urgentes no sistema de planejamento, gestão, controle e fiscalização do conjunto de feiras da cidade de Caruaru, de modo a se evitar a atratividade excessiva desse conjunto e um crescimento e uma apropriação de espaços descontrolados, o que poderá vir a comprometer seu desempenho e sustentabilidade no longo prazo. Ações como essas, se adotadas isoladamente, entretanto, não serão suficientes para colocar nos trilhos e conferir equilíbrio a esses processos de expansão da atividade comercial. Outras

---

<sup>27</sup> Idem, p. 60.

<sup>28</sup> Ver mapas das feiras no Anexo II do Dossiê de Registro, Apêndices 1 e 2.

<sup>29</sup> Miranda, Gustavo, op. cit., p. 79-95.

<sup>30</sup> Idem, p. 92-93.

iniciativas relacionadas à busca de alternativas para a economia local e do entorno também são necessárias para contrabalançar o que já tornou em Caruaru uma espécie de “monocultura” terciária – situação que tem funcionado no sentido de tornar a cidade um pólo de atração de pessoas e atividades, mas tem comprometido sua qualidade urbana, colocado enormes demandas de saneamento básico e infra-estrutura, e não tem resolvido o seu problema de desemprego. A taxa de desemprego no município de Caruaru era de 12,28% em 2000.<sup>31</sup>

Além dos problemas de ordem sócio-espacial e infraestrutural, iniciativas relacionadas à proteção dos conhecimentos tradicionais presentes na feira e dos direitos autorais e de imagem relativos às expressões tradicionais que ali circulam são urgentes e necessárias. Da mesma forma, uma política específica de segurança que leve em conta e respeite aspectos próprios da feira como a prática do escambo, mas afaste os marginais, e forneça o policiamento necessário à segurança de feirantes e usuários. Por fim, para que os saberes e fazeres tradicionais presentes na feira possam melhor resistir à competição com os produtos industrializados ali vendidos, é importante a implementação ou o fortalecimento de programas de apoio ao artesão. Esses programas são ainda necessários para que o artesanato de Caruaru não se transforme apenas num conjunto de itens ou souvenirs para consumo turístico. Em suma, para que continue tendo valor de uso e permaneça evoluindo como criação e design.

### **As noções de referência cultural e de lugar no contexto da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**

O conceito de referência cultural é uma das âncoras do sistema brasileiro de salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial e também um dos pilares da abordagem contemporânea sobre a construção do patrimônio cultural. Como observou Cecília Londres Fonseca, em texto inaugural e fundamental sobre a matéria, colocar a noção de referência no cultural no centro do problema da identificação, da seleção e do reconhecimento oficial do patrimônio cultural “significa dirigir o olhar para representações que configuram uma ‘identidade’ da região para seus habitantes” e também indagar “sobre quem tem legitimidade para selecionar o que deve ser

---

<sup>31</sup> Fonte CPS/IBRE/FGV, a partir de dados do Censo de 2000 do IBGE. Apud Miranda, Gustavo, *op.cit.*, p. 62.

preservado, a partir de que valores, em nome de quais interesses e de quais grupos”.<sup>32</sup> Põe-se, assim, em relevo a dimensão social e política dessa atividade de construção.

Além de propor uma determinada abordagem da questão dos sujeitos da preservação, a noção de referência cultural traz ainda uma concepção ampliada de patrimônio cultural, tanto do ponto de vista tipológico quanto com relação à diversidade dos valores que podem ser atribuídos aos bens culturais. Assim, edificações, paisagens naturais, conhecimentos, modos de fazer, festejos, rituais e também lugares podem constituir referências culturais desde que determinado grupo social lhes atribua um valor diferenciado, que esses objetos, espaços ou atividades mobilizem sentimentos de pertencimento e construam sentidos de identidade.<sup>33</sup>

No Brasil, o universo do chamado patrimônio cultural imaterial foi organizado, para efeitos operacionais, em quatro categorias:<sup>34</sup> a dos *Saberes* ou dos conhecimentos, ofícios e modos de fazer que fazem parte do cotidiano das comunidades; a das *Celebrações* ou das festas, folguedos e rituais que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, dos ciclos da natureza, do entretenimento e ou da vida cívica; a das *Formas de Expressão* ou das manifestações plásticas, cênicas, musicais, lúdicas, poéticas ou literárias; e, finalmente, a dos *Lugares* que engloba “os mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas”.<sup>35</sup>

A proposta de criação dessa categoria deveu-se à observação de que existem sítios naturais, espaços urbanos e outros, construídos ou não, que independentemente de possuírem valor arquitetônico, urbanístico, estético ou paisagístico constituem “pontos focais” da vida de um grupo ou localidade, dando suporte ou abrigando práticas sociais e atividades coletivas que são importantes para os contextos locais ou territoriais onde se localizam. Por essa razão, esses espaços adquirem um sentido cultural especial para os que os vivenciam ou utilizam, tornando-se diferenciados dos demais. Tornam-se, assim, “lugares” e suportes fundamentais para a continuidade das práticas e atividades que abrigam.

---

<sup>32</sup> Fonseca, Maria Cecília Londres. “Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio”. In: IPHAN, **Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais**. Departamento de Identificação e Documentação. Brasília, 2000, p. 11.

<sup>33</sup> Ver “Como ler o INRC”, In: IPHAN, *op. cit.*, p. 29.

<sup>34</sup> Artigo 1º, parágrafo 1º do Decreto nº 3551, de 04 de agosto de 2000, que criou o Registro de bens culturais de natureza imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

<sup>35</sup> Inciso IV, parágrafo 1º, Artigo 1º do Decreto nº 3551/2000.



A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, aprovada pela Unesco em 2003, incluiu na definição de “patrimônio cultural imaterial”, ademais dos usos, representações, expressões, conhecimento e técnicas, os instrumentos, objetos, artefatos e os **espaços culturais** que lhes são inerentes.<sup>36</sup> Nessa definição, assim como na legislação brasileira, está patente o reconhecimento de que as dimensões material e imaterial do patrimônio cultural estão, na verdade, imbricadas e que isso é especialmente perceptível nesses espaços que, em decorrência da maneira como são apropriados, utilizados, reverenciados ou vividos, estamos aqui denominando de “lugares”.

Esses lugares constituem bens culturais de natureza imaterial, contudo, só quando estão vivos, isto é, quando as práticas, usos, atividades e sentidos que podem conter estão vigentes e podem ser identificados e registrados em sua dinâmica atual. Nada impede, naturalmente, que esses espaços sejam também protegidos por meio do tombamento sempre que valores específicos sejam atribuídos aos seus aspectos físicos ou quando esse suporte edificado ou territorial é essencial para a continuidade dos usos e práticas que abrigam.

A existência e continuidade dos lugares reconhecidos como bens culturais imateriais dependem então, fundamentalmente, dos grupos ou indivíduos que os mantêm vivos por meio do que aí fazem, do modo como os utilizam ou deles se apropriam, das relações que estabelecem em seus âmbitos e da densidade histórica e cultural que tudo isso possui para os grupos sociais que valorizam esses lugares como referências culturais.

A feira de Caruaru é, sem sombra de dúvida, um desses lugares. É um lugar de referência viva da história e da cultura nordestina para camadas cada vez mais amplas da população local, de Pernambuco, do Nordeste e do Brasil. Apesar de suas transformações e acréscimos, de resto, próprios da natureza dos bens culturais e da dinâmica social que os constitui, a feira mantém denso o fio que a liga à história e à cultura que a produziram. É, ainda, um lugar de memória e de viabilização da continuidade de saberes, fazeres, produtos e expressões tradicionais que, sem sua dinâmica e sem o mercado que proporciona, certamente, já teriam desaparecido. É, por fim, um lugar de socialização e de permanente construção de identidades. Em suma, um lugar de vida que, há mais de dois séculos, instrui, cativa e encanta os que nela circulam

---

<sup>36</sup> Artigo 2º da citada convenção.

– lugar que está no mundo e, com um pé no passado e os olhos no presente, cria, re-cria e se inventa todo dia.

Por essas razões e por todas as outras expostas nos documentos que compõem este processo administrativo, recomendamos enfaticamente a inscrição da Feira de Caruaru no Livro de Registro dos Lugares, criado pelo Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000.

É o parecer que submetemos à Procuradoria Federal e ao Presidente do Iphan,

Márcia Sant'Anna

Diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial do Iphan.